
Imaginários da Província: Violência Contra Homossexuais na Imprensa Curitibana nos Anos 1950 – o Caso “Tulipas Negras”¹

José Carlos FERNANDES ²
André Luiz Justus CZOVNY ³
José Eduardo de Souza SIMÕES ⁴
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

A passagem histórica da perseguição a uma confraria de homossexuais, ocorrida em Curitiba, PR, no início da década de 1950, e perpetuada no imaginário da cidade como caso “Tulipas Negras”, evidencia o quanto a imprensa – naquele momento – refletiu os protocolos médicos e policiais sobre os chamados gays “passivos”. O achaque e a caricaturização dos envolvidos – equivalente a uma derrota diante do conservadorismo de uma cidade que, em tese, se modernizava, pede revisitação. A presente pesquisa se escora na natureza simbólica do episódio e o entende como uma narrativa inconclusa, em torno da qual se desenvolvem capítulos posteriores da luta LGBT na capital paranaense, daí sua essencialidade.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa e homossexualidade; “Tulipas Negras”; imaginário; repressão sexual; apagamento histórico

INTRODUÇÃO

Para Foucault, a história da sexualidade deve ser lida como uma crônica crescente de repressão (2023). Na Curitiba do início da década de 1950, uma confraria aparentemente informal de homossexuais masculinos, a “Tulipas Negras” – nome inspirado numa espécie rara de liláceas –, sofreu um duro achaque policial, acompanhado de cobertura sensacionalista da imprensa escrita. A ação de “desmanche” do grupo ocorreu numa festa privada, no então elegante Edifício Kwasinski, na Praça Osório, endereço das elites que adotavam a moradia em condomínios como forma de habitação cosmopolita, urbana e moderna (Castro, Posse, 2017). De acordo com os relatos, os

¹ Trabalho apresentado no **GP Comunicação, Alteridade e Diversidade**, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), email: zeca@ufpr.br.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, email: andrejustusc@gmail.com.

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR e bolsista Capes, email: jose.simoies@ufpr.br

confrades vestiam roupas femininas, fato que contribuiu social, política e legalmente no processo de desmoralização dos “Tulipas”. “No dia seguinte, até as pedras da cidade sabiam do que aconteceu no Edifício Kwasinski”, declarou um dos ouvidos, jovem à época e frequentador dos ambientes da alta sociedade, como se dizia, à época (Velloso, 2024).

No período estudado, o país se expandia, no ritmo dos “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek, o que se refletia nas cidades. Mudava a indústria, os modelos econômicos no campo e na cidade, e, com eles, também os comportamentos. Os “anos dourados” tiveram expressão peculiar em Curitiba, endereço pelo qual passavam os dividendos de uma das maiores economias do país, o café. A capital paranaense – maior produção do país que era o segundo maior produtor do mundo – tinha entre seus aparatos de atração – para recepção e atendimento dos visitantes do país e estrangeiros – clubes de jazz, boates, teatros, cinemas (Sá Jr., 2017). Como parte desse cenário de transformação econômica, social e cultural, estavam os “Tulipas Negras” – núcleo que espelhava a liberdade de expressão que se desenhava em cidades maiores, como o Rio de Janeiro, por exemplo, a propósito, endereço contumaz dos paranaenses ligados às elites agrárias.

A capital do Paraná tinha, à época, pouco mais do que 180 mil habitantes, cinco jornais diários (*Gazeta do Povo, O Dia, A Tarde, O Estado do Paraná e Diário da Tarde*) e passava por uma reforma urbana – com tinturas modernistas – em função do centenário da Emancipação Política do Paraná (1853-1953). O evento foi comemorado com pompas e fez da cidade um laboratório para ostentar um estado rico, culto, independente e com identidade própria, para além da dependência histórica da rica Província de São Paulo.

Sob a orquestração do governador Bento Munhoz da Rocha (1905-1973) – oriundo das elites políticas do Paraná – Curitiba ganhou um Centro Cívico que emulava as ideias urbanísticas posteriormente desenvolvidas na construção de Brasília; monumentos, praças, museus e o novo Teatro Guaíra, para citar algumas das mudanças que acirravam as tensões entre o que hoje chamaríamos de conservadorismo e o progressismo (Dudeque, 2001).

É nesse cenário de ruas sendo alargadas para abrigar edifícios de linhas bauhasianas e de presença cada vez mais expressiva de práticas de lazer cosmopolitas – em torno da comercialização do café – que policiais e imprensa invadiram o “Kwasinski” e expuseram os “Tulipas” à execração pública, durante uma festa privada. O episódio – de contornos autoritários – chama atenção por haver entre os membros da confraria

representantes da burguesia local, em sua maioria, num contexto em que os mais ricos costumavam ser resguardados no noticiário de crimes, comumente ocupado por marginalizados e pobres em geral (Carmo, 2011)⁵. A origem dos participantes constitui até hoje um tabu quando se investiga o tema, como se vai mostrar.

O presente texto – continuação de um trabalho apresentado no Intercom Sul (Fernandes, Czovny, 2024) – explora, por meio da revisão da literatura, entrevistas e leitura de jornais da época – o que o episódio “Tulipas Negras” permite afirmar sobre a ojeriza social aos homossexuais ditos “passivos”, a construção histórica e imaginária dessa repulsa aos “maricas”, aspecto onipresente nas notícias de jornal coletadas e nos relatos de personagens que se recordam do ocorrido ou tiveram proximidade com o fato (Green, Polito, 2006).

UMA PESQUISA EM CURSO

As pesquisas em torno dos “Tulipas Negras” se iniciaram há uma década, em 2014, por um dos autores deste artigo, e se estruturaram a partir de 2018, tendo como motor a informação de que o processo judicial contra os “Tulipas” – enquadrada, nos termos da década de 1950, como “vadiagem” e “atentado violento ao pudor” – estava em vias de ser incinerado por um de seus “herdeiros”. O proprietário da documentação alegou temer que os nomes dos envolvidos fossem revelados – e que seus herdeiros poderiam mover um processo judicial contra ele. Foram feitas várias contra-argumentações, As tentativas de conseguir ao menos uma cópia do processo – cuja letra permitiria saber detalhes da acusação e seus níveis de homofobia, aos olhos de hoje – foram frustradas e assim permanecem.

Para suprir a ausência dos documentos, recorreu-se a fontes secundárias, como entrevistas e consultas a jornais da época. Até o momento foram feitas cerca de uma dezena de conversas, em níveis diferentes de profundidade⁶. Estudadas com base na pesquisa social (Minayo, 2016), vão constituir uma análise documental sobre a percepção

⁵ A identidade dos “Tulipas Negras” não é abordada na pesquisa de modo a não repetir, pela exposição dos nomes, a mesma violência que sofreram no momento da repressão policial e cobertura da imprensa policial.

⁶ A partir de 2014, foram entrevistados Eleuther Guimarães (estilista), Ney Souza (carnavalesco), Liamir Hauer (socialite e escritora), Hélio de Freitas Puglielli (jornalista e professor), Nelson Padrella (jornalista e artista visual), Luiz Renato Ribas (jornalista e publicitário), Luiz Geraldo Mazza (jornalista), Sylvio Bach (cineasta, jornalista e escritor), Fernando Velloso (artista visual), Adherbal Fortes de Sá (jornalista).

da cidade nos anos 1950, o jornalismo policial e a compreensão da homossexualidade nos dois espaços temporais – a década de 1950 e os anos 2024.

O saldo desses encontros, cujas entrevistas ainda estão em fase de análises preliminares, é de que – mais de 70 anos depois do ocorrido – há uma recordação efetiva do episódio; reticências em citar o nome dos envolvidos, por se tratarem de membros de clãs quatrocentões; folclorização; e referências à literatura do escritor Dalton Trevisan (1992)⁷, autor que eternizou os “Tulipas” como parte de Curitiba, à revelia da oposição conservadora de simbolistas, positivistas e integralistas (Puglielli, 2024), fartos na região. Esse aspecto reforça a tese de fato e ficção, juntos, constroem a experiência da realidade (Pinto, 2024).

A consulta a jornais permite perceber linguagem, preconceito contra os ditos “passivos” ou “efeminados” e perseguição a outras coletividades de homossexuais que se formariam dali em diante – numa espécie da “caça às bruxas” contínua, orquestrada por “moralistas” das forças de segurança pública e repórteres policiais. Para a análise dos materiais (entrevistas e notícias de jornal), recorre-se, além de Minayo (2026), aos princípios da pesquisa qualitativa, com base em narrativas (Gil, 2021); e aos “desalinhos”, “errâncias”, “interstícios” e “constelações”, conceitos líquidos, móveis, necessários quando se estuda um objeto de comunicação, sujeito a um sem número de variantes (Barbosa, 2020).

Os recortes de jornal já localizados, com a notícia sobre a repressão policial a homossexuais “vestidos de mulher”, em uma festa privada, indicam que houve um episódio anterior, em data ainda não identificada. As notícias falam em novo grupo de “Tulipas Negras” e indicam o nome dos envolvidos, o que as fontes orais afirmam que não aconteceu no primeiro episódio, no Edifício Kwasinski, entre 1950 e 1952, provavelmente. Teria sido esse primeiro acontecimento o que mais ficou marcado no imaginário da cidade.

⁷ “Curitiba das ruas de barro com mil e uma janelinhas e seus gatinhos brancos de fita encarnada no pescoço; da zona da Estação em que à noite um povo ergue a pedra do túmulo, bebe amor no prostíbulo e se envenena com dor de cotovelo; a Curitiba dos cafetões – com seu rei Candinho – e da sociedade secreta dos Tulipas Negras eu viajo.” (Trevisan, 1992, p. 8). O conto “Em busca de Curitiba perdida” foi publicado originalmente no livro *Mistérios de Curitiba*, de 1968.

Imagem 1



A Tarde. Curitiba, 5 de novembro de 1953. Reprodução Grupo Dignidade, s/d.

Imagem 2



A Tarde, 6 de novembro de 1953. Reprodução Grupo Dignidade, s/d.

Imagem 3



Imagem 4



Diário da Tarde, 5 de novembro de 1953. Reprodução Grupo Dignidade, s/d.

Nas reportagens até agora identificadas, a linguagem é policial, ou seja: repetitiva, punitivista, simplista e agressiva (Angrimani, 1995). Debaixo do risco do anacronismo – julgar um fato do passado com as marcas, inclusive identitárias, do século XXI – pode-se dizer que os textos (Imagens, 1, 2, 3, 4) emulam o ideário corrente de doença, perversão e repulsa aos efeminados – tratados como “mariquinhas”, “invertidos”, “luxuosos”, “tarados”. A linguagem, aqui, só pode ser compreendida pela soma de conhecimentos – os estudos de imprensa, da medicina e da criminalística, de modo a entender que mentalidade rege o fenômeno.

OS ARQUIVOS DA PSIQUIATRIA E DA CRIMINOLOGIA

Com base em Foucault (2024) e Safatle (2024), considere-se que no final do século XIX, o Ocidente passa a criar protocolos para tratar da sexualidade. O permitido e o proibido são explicitados e materializados em formas legais de repressão. Esses discursos eram correntes na linguagem teológica, mas migram para a medicina, espaço de conhecimento no qual o sexo é patologizado. Um dos sintomas desse momento histórico são as listagens de perversões e suas características. “O mundo descobriu, entre nós, a existência de pessoas descritas como ‘sádicos’, ‘fetichistas’, ‘exibicionistas’, ‘masoquistas’, ‘zoofílicos’, ‘homossexuais’...” (Safatle, 2024, p. 61).

O resultado desses prontuários passa a ser uma intervenção social no desejo, saldada na medicina, pois as práticas sexuais entram para a esfera da saúde pública. E essa transformação ocorre num momento específico da história, em que se torna uma

emergência política operar o controle dos corpos e desviar as atenções sociais, para problemas mais graves, concentrando-os em aspectos morais e moralizantes. O final do século XX, considere-se, foi o da segunda fase da expansão colonial e o das revoluções populares na Europa (Safatle, 63). “... a invenção das perversões se inscreve em uma clara lógica de afirmação colonial, de bloqueio do contato entre europeus e povos que lembravam aos europeus o descentramento a corroer seus desejos de controle” (Idem, 65).

Outro aspecto relevante – numa sociedade em que o médico declara doentes os insubmissos – é a associação desses comportamentos com a Revolução Soviética – de modo particular entre 1917-1924. Nesses inícios da nova ordem política, numa crítica explícita ao modelo da família burguesa, a URSS vai liberar as mulheres do trabalho doméstico, facilitar divórcios e legalizar abortos, além de descriminalizar as relações homoafetivas. O chamado “bolchevismo sexual” passa a ser usado para associar o comunismo a uma sociedade doente e perversa. Daí, por extensão, a licenciosidade para invadir espaços privados em que o desejo fosse praticado, de forma policialesca, por estarem ali, nos costumes, uma expressão do comunismo (Safatle, 2024).

A excessiva preocupação ocidental com o sexo é um fato (Foucault, 2024). Nesse cenário, a vigilância e a repressão uma forma de gerar poder, retirando os seres humanos dos ditames da natureza, mergulhando-os nos códigos do processo civilizatório. “O crescimento demográfico foi em grande parte dirigido pelos caprichos da natureza. Entretanto, por volta do século XVIII em diante esses processos ficaram cada vez mais sujeitos ao controle humano” (Giddens, p. 189).

Graças a esse estado de vigilância, o sexo ganha força como mistério e como algo desejável, essencial à construção da individualidade. Reagir à repressão passa a ser sinônimo de lutar pelos direitos individuais. Os ganhos nesse embate, contudo, são relativos. “A sexualidade, como muitos outros aspectos da vida pessoal, foi completamente capturada, e reestruturada na expansão do sistema do poder” (Giddens, p. 191). A vigilância infla, fica mais mecaniza e se institucionaliza, mobilizando-se a partir do conceito de “desvio”. O controle é mais expressivo sobre as mulheres. O homem é preservado como sexualidade não problemática, apesar de sua impulsividade aceita socialmente. A homossexualidade fica num ponto nevrálgico.

A sustentação social para reprimir grupos como o “Tulipas” vinha das teses médicas e do Código Penal Brasileiro, que desde o final do século XIX, mesmo sem

considerar a homossexualidade um crime, a punia com rigor, incluindo prisão de até 40 dias, inclusive por configurar crime de vadiagem (Carmo, 2011).

Apesar da ausência de legislação expressa criminalizando orientações sexuais não normativas, diversos outros tipos penais foram abundantemente mobilizados para enquadrar os homossexuais e coibir sua expressão pública. Vadiagem, atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação moral e dos bons costumes, furtos e roubos ou uso de drogas foram alguns dos dispositivos utilizados para instrumentalizar o direito e realizar o controle legal desses grupos, geralmente jogados em um submundo associado a diversos tipos de contravenções e crime morais ou patrimoniais (Quinalha, 2021, p. 43).

Para a presente etapa da pesquisa, optou-se, em primeiro plano, à documentação levantada pelos pesquisadores James Green e Ronald Polito (2006) sobre registros policiais, médicos, historiográficos e religiosos em torno da homossexualidade no país. Tais fontes externam a patologização dos gays masculinos, uma categoria “...estigmatizada como desvio, doença, aberração, crime, pecado” (Carmo, 2011, p. 281). Os diagnósticos de saúde avançam para a criminalização, ridicularização, condenação, entre outros elementos que formam o imaginário ao redor da homossexualidade.

O confronto entre o episódio e a literatura especializada confere uma certa normalidade à violência ocorrida na Curitiba. Em meados do século XX, as forças policiais estavam autorizadas a reprimir qualquer manifestação em que houvesse homens vestidos de mulher. A prática, permitida apenas nos bailes de carnaval, passava a impressão de se tratar de um país liberal (Green, 2000). Há indicativos de que o elemento “roupa” (femininas) e “espaço” (um apartamento privado no qual se praticavam anomalias) tenham servido de gatilho para a ação policial e de imprensa.

Desde a última metade do século XIX, registros médicos e jurídicos indicavam que os “invertidos” eram um risco social e poderiam ser reconhecidos pelos gestos efeminados, por detalhes do vestuário, pelo “deboche verbal” (Carmo, 2011, p. 283) e por determinados endereços, bases para “caçadas sexuais”. A criminalização da homossexualidade, portanto, passava por identificações da aparência, do gestual e dos espaços de convivência. Captar o clubismo homossexual, por exemplo, se tornou uma prática de delegados como Raimundo Padilha, do Rio de Janeiro (Green, 2000, p. 266), figura que criou corolários em outras cidades.

Apesar da realidade vivida por milhões de pessoas, existe um estereótipo prevalente que entende que o homossexual é exclusivamente um homem efeminado, que gosta de ter relações sexuais com homens viris, que por sua vez não necessariamente se consideram homossexuais. O ativo (macho) e o passivo (feminino) estrutural todos os conceitos tradicionais sobre gênero e sexualidade e são ainda uma potência forte no imaginário brasileiro (Green, 2011, 131-132).

De todos os agravantes contra esses grupos, o mais danoso foi o que passou a relacionar homossexualidade e distúrbio psiquiátrico e somático – novamente com tinturas mais fortes quando se trata dos “passivos” – marcados pela ideia helênica que relaciona “virilidade ética”, “virilidade social” e “virilidade sexual” (Foucault, 2024, p. 99), um círculo virtuoso comprometido pelos efeminados. Com base neste sistema de crenças, a dispersão dos gays criava erguer uma sociedade sadia; e a homossexualidade enfraquecia os países (Trevisan, 2007, p. 187). O estigma de homossexualidade como doença se consagrou a partir do caso do *serial killer* Febrônio Índio do Brasil, iniciado ainda nos anos 1920. Reprimidos e detidos, a exemplo de Febrônio, esses homens se tornam passíveis de serem salvos pela medicina e pela religião. Havia permissão para detê-los, debaixo das normativas das elites homofóbicas e higienistas, desejosas do controle moral e da afirmação dos modelos burgueses de masculinidade (Trevisan, 2007; Quinalha, 2021; Sant’Anna, 2013).

CONSIDERAÇÕES

A perseguição e aniquilamento da confraria “Tulipas Negras” passa de fato isolado, folclórico e fadado a permanecer na divisa entre ficção e realidade a capítulo da historiografia da vida privada dos homossexuais. Ainda que represente uma derrota, em seu momento, numa perspectiva futura os “Tulipas” dialogam com a cidade que abrigou a revolucionária Grafipar Edições – espaço editorial de resistência à ditadura militar – e que viu nascer, nos anos 1980, o Grupo Dignidade, voltado para direitos LGBTQIAP+.

Documentar a confraria é parte do revisionismo e justificação histórico. Mais do que isso, o estudo coloca em perspectiva como os homossexuais chamados de “passivos” foram tratados pela imprensa. Mergulha-se em questões de linguagem, imaginário e conluio existente entre jornais, forças policiais e grupos conservadores numa cidade de província. A repressão, ocorrida num momento que o Paraná se dizia moderno, é, no mínimo, uma dessas saborosas contradições históricas.

À revelia de ser falada há mais de sete décadas, os estudos sobre os “Tulipas Negras” estão em processo. Há quase tudo a ser feito. A pesquisa ainda está na fase inicial, na qual se realiza a oitiva de personalidades notáveis – artistas, jornalistas, pessoas da sociedade – podendo e devendo passar em seguida para as demais camadas. A investigação permite vários enraizamentos. Paralelo a ser um caso envolvendo membros da *high society*, o episódio aponta para o estágio primário da sociedade – e não só a paranaense – na compreensão da homossexualidade, uma espécie de sombra que ronda o país a cada novo avanço conservador, obscurantista e de desinformação. Trata-se, acima de tudo, de um sinalizador do tratamento dado a uma sexualidade periférica, sobre a qual se aplica uma regulação perversa. Corpos vigiados pelo Estado, ontem e hoje, são medicalizáveis e puníveis (Foucault, 2023).

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo sobre o sensacionalismo na imprensa. 2.^a ed. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

BARBOSA, M. **Comunicação e método**: cenários e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

CASTRO, E.A. POSSE, Z.C.S. **Morar nas alturas!**: a verticalização de Curitiba entre 1930 e 1960. Curitiba: Das autoras, 2017.

CARMO, P.S. **Entre a luxúria e o pudor**: a história do sexo no Brasil. São Paulo: Octavo, 2011.

DUDEQUE, I.T. **Espirais de madeira**: uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Nobel/Fapesp, 2001.

FERNANDES, J.C. CZOVNY, A.L.J. “Tulipas Negras”: mídia, violência e perseguição a homossexuais na Curitiba dos Anos 1950. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2024.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 1. A vontade de saber. 16.^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 2. O uso dos prazeres. 13.^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2024.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.

GIL, A.C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Barueri (SP); Atlas, 2021.

GREEN, J.N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

GREEN, J.N. Herbert Daniel: política, homossexualidades e masculinidades no Brasil nas últimas décadas do século XX. IN: PENTEADO, F.N. GATTI, J. **Masculinidades: teoria, crítica e artes**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

GREEN, J.N. POLITO, R. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília. DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PINTO, J.P. **Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PUGLIELLI, H.F. **Entrevista ao grupo de pesquisa Jornalismo e Ditadura Militar no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2024.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

SÁ JR. A.F. **Curitiba no tempo do jazz band**. Curitiba: Do autor, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Alfabeto das colisões**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

SANT'ANNA, D.B. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. IN: PRIORE, M.D. AMANTINO, M. (orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013.

TREVISAN, Dalton. **Em busca da Curitiba perdida**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992.

TREVISAN, J.S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 7.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VELLOSO, Fernando. **Entrevista a José Carlos Fernandes**. UFPR. Curitiba, setembro de 2024.